



A BELEZA E O MÁRMORE.
O TRATADO DE ARCHITECTURA DE
VITRÚVIO E O RENASCIMENTO.

MÁRIO HENRIQUE SIMÃO D'AGOSTINO. SÃO
PAULO: ANNABLUME, 2010.

Andrea Buchidid Loewen

A CARNALIDADE DA PEDRA

No texto de apresentação de *A Beleza e o Mármore*, memorando Jano - divindade bifronte, das portas, do que se abre e do que se cerra, do passado e do porvir -, Mário D'Agostino revela ao leitor a disposição de seu escrito: "sopesar, por distintos vieses, os empenhos e engenhos do autor [Vitruvius], ao estabelecer, com razoável coerência, um preceituário da boa arquitetura no qual a beleza possui valor precípua". Para tanto, debruça-se sobre o tratado vitruviano, esquadrinhando seus preceitos e as origens dos mesmos no orbe antigo, conjugando razões helênicas e princípios latinos, mas, de outra parte, também tendo em vista os esforços de interpretação e compreensão do texto, que, a partir do dito Renascimento, orientam a formulação das doutrinas arquitetônicas e norteiam os estudos delas procedentes.

Da aprofundada análise que realiza da obra antiga, fruto de pesquisas cuidadosas e abrangentes – nas quais inquire o escrito, coteja as várias traduções, demarca as dissensões e os concertos entre exegetas e comentadores –, D'Agostino evidencia que tal relação entre passado e presente é estabelecida e evocada pelo próprio romano, ao longo dos seus dez livros *De architectura*. Dirigindo-se aos *antiqui*, recorrendo a seus *auctores*, dos quais assimila noções, prescrições, *historiæ*, modelos, *exempla*, Vitruvius conforma um *corpus* disciplinar no qual se divisam os legítimos preceitos da arte e o perfil do excelente arquiteto. Seus *antiqui* são estatuários, pintores, arquitetos, filósofos, retores, cujos *præcepta* foram transmitidos oralmente ou, mormente, através de escritos, comentários ou arrazoados. Para D'Agostino, Vitruvius demonstra "postura reverencial pelos escritos, semente de suas esperanças em abraçar a notoriedade junto aos pósteros".

A precisa tessitura ordenada pelo autor descortina, no entanto, que o conceito de *antico* no *De architectura* - e suas esfumaturas lexicais *antiquitas* /

antiquus, uetustas / uetus, mos maiorum / maiores – alude a um campo bastante extenso e, de certo modo, flexível. Tais noções podem referir tanto uma antiguidade mais arcaica, quanto um tempo muito mais próximo: desde o século V a.C., de Fídias, Míron, Policleto e Eurípedes, passando pelo III a.C., de Hermógenes, e o II a.C., de Cossúcio, até a poucas décadas anteriores ao *De architectura*, quando florescem os decoradores do primeiro estilo de pintura parietal; ou seja, da chamada Grécia clássica ao *mos maiorum* dos romanos da média República. O *antico*, portanto, é um conjunto de modelos a serem imitados, um complexo de práticas - porventura abandonadas - a serem retomadas, um repertório de exemplos nos quais a arte se avizinha da verdade e da Natureza.

Neste sentido, Vitruvius “age como herdeiro de um patrimônio cultural ameaçado”. No entanto, tal como adverte o autor, isto “não permite inferir que simplesmente recolha uma tradição”; ao contrário, ao olhar em direção ao antigo, o que o romano tem em vista é a Roma *Augustea*, em cujas intensas atividades construtivas distingue a perda das boas qualidades da arquitetura: “o foco principal de Vitruvius é uma prática vigente: aquela que, aos seus olhos, tem desviado os profissionais do caminho correto, dos princípios racionais”.

Assim, em virtude do propósito *utilitário* do tratado, de seu caráter normativo, convém que os argumentos atendam aos requisitos de completude, concisão e inteligibilidade, enquanto a escrita observe uma nova linguagem técnica da Arquitetura, que, naquele tempo, praticamente inexistia. Ciente de tais dificuldades, Vitruvius se desculpa, com o imperador e seus leitores, por eventuais negligências das regras gramaticais e, como indica D’Agostino, ao final do capítulo de abertura do Livro Primeiro, esclarece que seu esforço ao escrever o tratado não é como o de um filósofo, ou de um gramático ou retor, mas como o de arquiteto, dotado da formação literária necessária ao ofício:

Escrever sobre arquitetura não é a mesma coisa que escrever história ou poesia. As histórias, por si mesmas, entretêm os leitores. [...] Por sua vez, a métrica e as sílabas dos cantos dos poemas, a disposição elegante das palavras e das frases [...], atraindo os sentimentos dos leitores, transportam-nos sem dificuldade até a última página das obras. Porém, isto não se verifica nos tratados de arquitetura, porque os vocábulos, concebidos pela própria especificidade da arte, trazem obscuridade à linguagem, por não serem de uso comum. (V, pref.).

E é significativo que, ainda que o manuscrito original contasse com o aparato de imagens - Vitruvius faz, ao longo do texto, referência a onze ilustrações, perdidas desde o manuscrito mais antigo -, sua função seria apenas complementar e não substituta do texto. As pesquisas de Pierre Gros, um dos tradutores e exegetas mais caros a D’Agostino, evidenciam como a passagem da obra gráfica para a escrita fosse também uma maneira de elevar a *praxis* arquitetônica ao nível das *liberalis ars*, assim, a uma atividade intelectual baseada em um corpo de conhecimento orgânico – *doctrina* ou *scientia* –, ciente de sua experiência histórica e de seu valor normativo.

Ainda assim, o *De architectura* tem sido alvo de consideráveis críticas por seu rigor lacônico, e não isento de obscuridades, e seu latim inculto. Desde Alberti, que no primeiro tratado de arquitetura da era moderna censura a

expressão descuidada de Vitruvius, escrita de tal modo que “os latinos palpitam que ele pretende fazer crer que falava grego, e os gregos que ele falava latim” (VI, 1), se repetem juízos severos sobre o texto antigo (Perrault, Choay, Pollit, Oder, Katinsky), que chegam até mesmo a considerar que seu *mau latin* seja reflexo de uma falta de preparo e erudição. A importância que o enfrentamento de tal questão assume na tradição de estudos exegéticos do escrito vitruviano repercute na obra em tela, na parte nomeada *A obscuridade do arquiteto*.

Aqui não se trata apenas de resgatar Vitruvius da reputação de incompetência e imprecisão e de isentá-lo da acusação de conhecimento superficial e de segunda mão das fontes. Alinhado a uma série de estudos minuciosos empreendidos sobre o tratado antigo nos últimos tempos, como aqueles encabeçados por Antonio Corso e Elisa Romano, além do próprio Gros, que também delineiam com maior precisão a fisionomia de Vitruvius e recompõem sua figura social, seu ofício e as qualidades de seu engenho, Mario D’Agostino lança luz sobre o caráter geral do escrito, precisa a delicada questão do compromisso do tratado com a política edificatória de Augusto, bem como seus significativos distanciamentos, e deslinda o “estratagema vitruviano de requalificação da arquitetura – e do estatuto social do arquiteto”.

No *corpus* normativo vitruviano, ele explicita como a busca de coerência universal transforma a *ædificatio* em um sistema racional, no qual a legitimação do recurso à *symmetria* opera um salto qualitativo decisivo: a partir de então, as relações proporcionais que devem reger toda a obra não dependem mais do arbítrio de um “criador” individual, mas respondem às leis imanentes da própria Natureza. Neste sentido, o autor mostra como a linguagem empregada no *De architectura*, capaz de se deslocar entre categorias teóricas e exemplos práticos, de expressar conceitos abstratos e preceitos concretos, já contém a base da moderna linguagem da arquitetura.

O presente livro de D’Agostino, pautado por um rigor de análise incomum, toma o tratado como lugar de interferência entre passado e presente e, certamente, se configura como contribuição preciosa aos estudos das doutrinas arquitetônicas do Renascimento e da Antiguidade.

Andrea Buchidid Loewen

Arquiteta e urbanista formada pela PUC-Campinas, mestre em Urbanismo pela PUC-Campinas e doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela FAUUSP. Docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH) da FAUUSP.

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo, SP
(11) 3091-4537
andrealoewen@usp.br